

UMA ANÁLISE DO TRABALHO PEDAGÓGICO COM ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO

AN ANALYSIS OF PEDAGOGICAL WORK WITH STUDENTS WITH HIGH SKILLS AND GIFTS

Noslaine Conceição Sant'Anna Celestino ¹

Cristiano de Assis Silva ²

Christianne Torres Lira Farias ³

RESUMO

O tema educação especial e inclusiva é bem debatido, contudo são poucos os cursos ou qualificações ofertadas dentro do campo das altas habilidades e superdotação. De acordo com o Censo Escolar de 2020, o Brasil possui mais de 24 mil alunos com altas habilidades/superdotação matriculados, mas ainda se vê muito pouco de qualificação docente na área, o que dificulta o trabalho pedagógico e também o desenvolvimento dos alunos. Esta pesquisa teve como objetivo identificar como deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico com alunos com altas habilidades/superdotação. E para alcançar esse objetivo, foi preciso refletir sobre o que diz a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008); identificar as diferenças entre o trabalho com alunos com altas habilidades/superdotação do trabalho realizado com outras especificidades e apresentar a importância da qualificação docente para um trabalho eficaz. Optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, buscando em documentos oficiais o respaldo para a abordagem proposta e, em textos de autores mais proeminentes no tema, a ênfase necessária para explicitar a necessidade de conhecimento para o docente que atua nessa área. Após a realização da pesquisa ficou claro de que o trabalho pedagógico com alunos com altas habilidades/superdotação difere em vários aspectos do trabalho com outras especificidades, principalmente nos quesitos autonomia e desafio. Esses alunos precisam ser desafiados constantemente e, ao mesmo tempo, precisam de liberdade para escolher como aprender e como construir seus saberes. E para que essa autonomia não assuste o professor, este, precisa de conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: superdotação. Qualificação docente. Educação especial. Educação inclusiva.

ABSTRACT

The subject of special and inclusive education is well debated, however there are few courses or qualifications offered within the field of high abilities and overdotation. According to the 2020 School Census, Brazil has more than 24,000 students with high abilities/superadvation enrolled, but we still see very little teacher qualification in the area, which hinders the pedagogical work and also the development of students. This research aimed to identify how the pedagogical work with students with high abilities/super ability should be developed. To achieve this goal, it was necessary to reflect on what the National Policy for Special Education from the Perspective of Inclusive Education (BRASIL, 2008) says; identify the differences between the work with students with high abilities/superdotação of the work done with other specificities and present the importance of teacher qualification for an effective work. We chose the bibliographic and documentary research, seeking in official documents the support for the proposed approach and, in texts of more prominent authors on the subject, the necessary emphasis to explain the need for knowledge for teachers who work in this area. After the research it became clear that the pedagogical work with students with high abilities/superdotation differs in several aspects from the work with other specificities, especially in the areas of autonomy and challenge. These students need to be constantly challenged and, at the same time, they need freedom to choose how to learn and how to build their knowledge. And for this autonomy not to scare the teacher, the teacher needs knowledge.

KEYWORDS: Giftedness. Teacher qualification. Special education. Inclusive education.

¹ Doutoranda em Ciências da Educação. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. Especialista em Gestão Educacional FAC. Licenciatura em Pedagogia. **E-mail:** noslaine@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/9186340849098007.

² Pós-Doutorando em Ciências da Saúde Coletiva. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva. Mestre em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University, Especialista em Oratória da Transversalidade da Fala para Formação de Professores pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. **E-mail:** cristiano.wc32@gmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/7723981451094769.

³ Doutoranda em Ciências da Educação. Mestre profissional em Ensino de Ciências e Educação Matemática. Universidade Estadual da Paraíba, UEPB. Especialização em Especialização em Educação Matemática pela Universidade Estadual da Paraíba, UEPB. Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual da Paraíba, UEPB. **E-mail:** christiannetorres12@hotmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/2070418528881446

INTRODUÇÃO

O tema educação especial e inclusiva é bem debatido, contudo são poucos os cursos ou qualificações ofertadas dentro do campo das altas habilidades e superdotação. De acordo com o Censo Escolar de 2020, o Brasil possui mais de 24 mil alunos com altas habilidades/superdotação matriculados, mas ainda se vê muito pouco de qualificação docente na área, o que dificulta o trabalho pedagógico e também o desenvolvimento dos alunos.

A qualificação docente é imprescindível para que a educação inclusiva seja uma realidade, visto que sem conhecimento, o educador não poderá desenvolver um trabalho diferenciado, de modo que atenda à diversidade que compõe a sala de aula. E mesmo que a escola conte com um AEE qualificado e uma ótima sala de recursos multifuncionais, o educador da classe regular precisa de conhecimento para dar continuidade ao trabalho do AEE.

Deste modo, como deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico com alunos com altas habilidades/superdotação? Para entender essa questão é preciso partir da premissa de que o trabalho com esse público é diferente do trabalho com outros públicos da educação especial. E sendo assim, as diferenças mais significativas desse trabalho precisam ser elucidadas, a fim de que o educador possa fazer um bom trabalho.

O trabalho pedagógico com alunos com altas habilidades/superdotação difere em vários aspectos do trabalho com outras especificidades, principalmente nos quesitos autonomia e desafio. Esses alunos precisam ser desafiados constantemente e, ao mesmo tempo, precisam de liberdade para escolher como aprender e como construir seus saberes. E para que essa autonomia não assuste o professor, este, precisa de conhecimento.

Desta forma, esta pesquisa teve como objetivo geral identificar como deve ser desenvolvido o trabalho

pedagógico com alunos com altas habilidades/superdotação. E para alcançar esse objetivo, foi preciso refletir sobre o que diz a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008); identificar as diferenças entre o trabalho com alunos com altas habilidades/superdotação do trabalho realizado com outras especificidades e apresentar a importância da qualificação docente para um trabalho eficaz.

A relevância desta pesquisa reside no baixo quantitativo de qualificações e orientações a respeito do tema, o que dificulta os educadores quando se deparam com um aluno superdotado em sua sala. Muitos não conseguem identificar as potencialidades desses alunos e os têm apenas como crianças inteligentes, não dando a devida atenção e dificultando o processo de desenvolvimento global desses alunos.

Para a realização da pesquisa optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, buscando em documentos oficiais respaldo para a abordagem proposta e em textos de autores mais proeminentes no tema a ênfase necessária para explicitar a necessidade de conhecimento para o docente que atua nessa área. Foram utilizadas as palavras-chave: superdotação; qualificação docente; educação especial e educação inclusiva. A seleção se deu por meio de similaridade com o tema escolhido publicados nos últimos 15 anos, para que se possa comparar a evolução do pensamento dos especialistas ao longo das últimas décadas. Foram excluídos textos sem ligação com o objetivo principal da pesquisa

Na primeira parte do artigo apresenta-se educação especial na perspectiva inclusiva, visando conduzir o leitor a diferenciar educação especial de educação inclusiva, isto é, a educação escola precisa ser inclusiva para todos e especial e inclusiva no caso dos alunos com alguma especificidade. A segunda parte está

dedicada à apresentação da visão de Sabatella (2008) e Ribeiro (2017) sobre como deve se desenvolver o trabalho pedagógico com os alunos com altas habilidades/superdotação.

DESENVOLVIMENTO

Antes de apresentar como deve ser pautado o trabalho pedagógico com alunos com Altas Habilidades e Superdotação é importante fazer algumas considerações sobre a educação especial dentro da perspectiva inclusiva, pois o entendimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) é fundamental, para nortear as ações e condutas dos educadores, não importando o nível ou modalidade de educação.

As discussões sobre a Educação Especial estão em pauta desde a publicação do Decreto 3.298 (BRASIL, 1999), o qual regulamenta a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Os profissionais da educação anseiam por maior efetividade e por capacitação adequada às reais necessidades da escola, as famílias buscam por apoio governamental e atendimento de qualidade para seus filhos e os governos discutem sobre custos e cobram resultados. E o aluno, por sua vez, tenta adaptar-se às mudanças, aos diversos métodos de ensino e esperam conseguir vencer na carreira acadêmica.

Entretanto, é preciso entender que a educação especial é uma modalidade que perpassa todos os níveis de ensino, indo da educação infantil até o ensino superior. Portanto, os recursos adaptações curriculares e mudanças na infraestrutura da escola deve ser pensada em todos os níveis. Até mesmo porque o aluno sairá da educação básica e adentrará no ensino superior, é para isso que os educadores trabalham com tanto afinco. Nesse sentido, o profissional do Atendimento Educacional Especializado

(AEE) é um ator de suma importância na educação básica. E o profissional que atende no Núcleo de Atendimento Psicopedagógico (NAPP) é quem dá continuidade a esse processo no ensino superior.

Para que tal pensamento seja implementado em todo o mundo, a Organização das Nações Unidas (ONU) em sua convenção de 2006 definiu várias diretrizes para que a pessoa com deficiência ou com alguma especificidade fosse atendida pelas escolas de forma diferenciada. Com base nas decisões dessa convenção, o Brasil elaborou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a qual estabelece diretrizes, normas e orientações para que a escola contribua para o pleno desenvolvimento do aluno com necessidades especiais (BRASIL, 2008).

E para que as escolas possam executar a parte que lhes cabe dessa política, as secretarias de educação devem contribuir com a qualificação dos profissionais e os governos devem prover recursos adequados para que as metodologias pedagógicas possam ser executadas com efetividade. O grande problema é quem em muitas escolas, isso ainda não é uma realidade, principalmente em escolas de locais mais remotos.

A página de notícias da Secretaria de Educação Especial, no site do MEC, mostra que apenas 30% das escolas brasileiras que possuem alunos com deficiência possuem o AEE e somente 26% delas possuem uma sala de recursos multifuncionais, sendo que dessas, apenas 4% possuem professores com qualificação específica na educação especial (BRASIL, 2020). Isso deve chamar a atenção das secretarias de educação, mas também deve alertar aos profissionais para uma busca, pois os governos ainda estão aquém da necessidade de qualificação profissional.

O educador, ainda que não possua formação específica, deve buscar cursos, livros, grupos e eventos, a fim de conseguir contribuir para que esses alunos possam

se desenvolver e alcançar seu potencial. Pois, de posse de conhecimento, os professores poderão fazer as adaptações curriculares necessárias, poderão fazer uso dos recursos disponíveis para a promoção de aulas atrativas e eficazes.

Afinal, a inclusão não é apenas permitir que o aluno com necessidades educativas especiais se matricule, isso é acesso, mas não é inclusão. Incluir exige que o aluno se sinta imerso no contexto educativo, assim como os demais, respeitado as suas limitações e seu estilo de aprendizagem.

É claro que a inclusão não é um ato pontual. É um processo que se desenvolve gradualmente no cotidiano escolar. Os educadores devem cativar os alunos “ditos normais” de modo a explicitar para eles que todos os seres humanos são iguais, embora diferentes, isto é, todos possuem limitações e potencialidades, todos são suscetíveis a erros e acertos, todos precisam uns dos outros para se desenvolver (CARVALHO, 2011).

Sobre isso, Mantoan (2006) faz uma crítica ao afirmar que a escola regular recebeu as matrículas das crianças com necessidades especiais, mas não as incluiu, visto que para tal, seria necessária a mudança das metodologias de ensino. Os docentes continuaram aplicando as aulas da mesma forma e, por conta disso, não atingiram às carências dos alunos com necessidades especiais.

A fim de modificar essa realidade, os profissionais do AEE são a esperança primeira, porque com seu conhecimento podem auxiliar tanto alunos como docentes. Ao fazer o planejamento letivo, os profissionais do AEE podem contribuir com estratégias inclusivas e atividades avaliativas mais inclusivas, beneficiando os alunos com alguma especificidade. Contudo, para o processo inclusivo ocorra em sua plenitude, todos os educadores devem estar apto a dialogar sobre a diversidade que sua sala de aula abarca.

Quando Mantoan (2006) fala da incompatibilidade da integração, ela quer dizer que o educador não pode estar satisfeito somente com a presença do aluno com necessidade especial em sala. Ele precisa buscar a inclusão desse aluno, ou seja, esse aluno precisa aprender a aprender, precisa construir seu próprio conhecimento, precisa desenvolver seu potencial e crescer intelectual, cognitiva e socialmente. Precisa entender seu papel como cidadão ativo.

Muitos pensam que a partir da Declaração de Salamanca (BRASIL, 1997), as escolas regulares foram incentivadas a abraçar a educação especial com um olhar inclusivo. Mas o documento afirma que todas as crianças, independente de raça, credo, cor, etnia, classe social, com deficiência ou não. Assim, as escolas regulares são desafiadas a fazer uma educação de qualidade para todos.

Todavia, para que isso aconteça em todo o solo nacional, é preciso envolvimento de todos: escola, alunos, família, comunidade, governo e sociedade civil. A educação especial dentro da perspectiva inclusiva é um trabalho muito grande para que a escola seja a única responsável por sua execução. A participação de todos é fundamental para sua concretude. As famílias devem apoiar o trabalho da escola, a escola deve eliminar barreiras físicas e pedagógicas e a sociedade deve cobrar dos governos o investimento necessário para que as práticas pedagógicas possam ser executadas.

Outro ponto a salientar é que existe um público dentro da educação inclusiva que não faz parte da educação especial. São as crianças que não possuem deficiência, mas precisam de atendimento diferenciado. São aquelas que passaram por traumas, abusos, moram em lares sem afeto ou estão deprimidas ou apresentam ansiedade. Essas crianças não estão inseridas no público da educação especial, mas uma educação que se diga inclusiva, precisa direcionar seu olhar para esses alunos. As crianças ciganas, também fazem parte dessa demanda,

pois não conseguem concluir o ano letivo na mesma escola.

Segundo Carvalho (2011), a educação inclusiva não tem o objetivo de ofertar educação igual a todos, afinal isso é o oposto da proposta inclusiva. Mas pretende uma educação personalizada, onde a necessidade do aluno seja analisada, compreendida sanada (ou minimizada) da melhor forma possível. Uma educação com equidade e não igualdade. Oportunidades compatíveis com a singularidade de cada aluno. É disso que trata a inclusão escolar.

E para a escola prover esse ambiente, precisa se dedicar a três elementos fundamentais, a saber: a presença do aluno, a participação do aluno e a oportunidade de construção do saber. Entende-se **presença** como sendo mais do que o simples fato de estar na escola, mas sua socialização, seu envolvimento e participação efetiva em todas as atividades propostas. A **participação** trata de seu efetivo envolvimento nas decisões e atividades de grupo junto com os demais alunos e a **oportunidade de construção do saber** diz respeito à autonomia que os alunos com necessidades especiais precisam desenvolver, para construir seu próprio conhecimento.

Para que esses elementos sejam uma constante nas salas regulares brasileiras, os educadores precisam estar preparados para trabalhar os conteúdos de forma inclusiva, ou seja, conteúdos apresentados por meio de atividades que respeitam os limites, mas ao mesmo tempo desafiem os alunos a superarem esses limites.

E nesse contexto, há um grupo dentro da educação especial que é muitas vezes mal compreendido. Trata-se dos alunos com altas habilidades/superdotação. Esses alunos necessitam de suporte e apoio pedagógico como todos os outros, precisam se sentir seguros e acolhidos como os demais, mas não é o que ocorre em todas as escolas, por isso, o educador que atua

diretamente com esses alunos precisa conhecê-los e aprender a trabalhar com eles (SABATELLA, 2008).

É comum pensar que os alunos com altas habilidades ou superdotação (AH/SD) não possuam dificuldades de aprendizagem. Alguns educadores acreditam que eles aprendem mais rápido e, por essa razão, não precisam de acompanhamento didático ou de recursos especiais. Contudo, não é assim. Eles também precisam que os educadores façam adaptações curriculares, necessitam de uma sala de recursos com materiais específicos e um profissional de AEE com qualificação para atuar junto a eles, desenvolvendo atividades motivadoras e desafiadoras.

Sabatella (2008) apresenta os seis grupos em que os alunos com AH/SD são divididos, segundo suas habilidades mais proeminentes: tipo intelectual, tipo acadêmico, tipo criativo, tipo social, tipo talento especial e tipo psicomotor. Essa divisão possibilita uma visão mais detalhada das especificidades de cada um, favorecendo o planejamento adequado das atividades e a escolha da metodologia de trabalho.

É importante que o educador que irá trabalhar com esses alunos conheça suas potencialidades e suas limitações, a fim de elaborar estratégias para que eles construam seus saberes de maneira harmoniosa. Dentro da esfera psicossocial, os alunos com AH/SD podem ser extrovertidos, amistosos, mas também podem não ser. Hoje, não se pensa mais na criança com AH/SD como bagunceira e mal educada, o que é um avanço. Também é fundamental saber a diferença entre um aluno inteligente de um aluno com AH/SD.

Sabatella (2008) afirma que essa diferenciação se faz necessária para que se possa trabalhar corretamente com o aluno com AH/SD. Essa visão é importante, para auxiliar os educadores a elaborar atividades compatíveis com o desenvolvimento de seus alunos, não exigindo mais ou menos do que são capazes de entregar ou desenvolver.

Os alunos inteligentes podem precisar de adaptações curriculares, mas no caso dos alunos com AH/SD essas adaptações são imprescindíveis para seu desenvolvimento.

O aluno com AH/SD é altamente criativo, para sua idade, ele não só conclui uma tarefa, ele vai além do proposto, ampliando o resultado em um grau mais elevado. Por isso, o educador que trabalha com ele tem de ter consciência de suas características e habilidades. O professor não pode exigir de um aluno inteligente o mesmo resultado que um aluno com AH/SD pode entregar. Nem vice-versa, pois isso seria aquém do que ele pode entregar (RIBEIRO, 2017).

Outra informação que o educador deve saber é que, embora a legislação educacional coloque alunos com altas habilidades (AH) no mesmo grupo dos alunos superdotados (SD), há uma diferença entre essas duas especificidades. O quociente de inteligência (QI) dos alunos com AH está entre 121 e 130. Os superdotados possuem um QI acima de 130. Na prática, o educador pode propor atividades com um pouco mais de dificuldade para alunos SD do que para os alunos com AH (SABATELLA, 2008).

Os educadores que trabalham com alunos com AH/SD devem ter sempre em mente que, mesmo tendo facilidade para aprender um determinado conteúdo, ele só irá se interessar por aquilo que o chama a atenção, assim, só aprenderá o que for interessante para ele. Nesse ponto entra a importância da adaptação curricular, a forma de apresentar um determinado conteúdo precisa despertar o interesse desse público. Quanto mais desafiador, mais atraente para o aluno com AH/SD (RIBEIRO, 2017).

Ao planejar sua aula, o professor deve refletir sobre alguns princípios, como autonomia e independência, ou seja, o aluno com AH/SD deve ter liberdade para pesquisar um tema e aprofundar um

conceito. Mesmo que esse aprofundamento fuja à série/ano em que estiver matriculado. Isso estimulará, de acordo com Sabatella (2008) e Ribeiro (2017), seu potencial criativo, crítico e reflexivo. Permitir que o aluno com AH/SD desenvolva seu programa pessoal de estudo e pesquisa favorece seu engajamento com o professor e com a turma.

As atividades em grupo também são importantes no trabalho pedagógico com esse público, pois permite a discussão de ideias por diversos olhares, além de trabalhar a socialização desses alunos. A partir dessas discussões outros temas podem surgir, desafiando os alunos com AH/SD a pesquisarem sobre outros assuntos, beneficiando também os demais alunos, porque eles podem fazer parte desse aprofundamento. Além disso, esse tipo de atividade estimula o pensamento crítico e os afasta do senso comum, levando-os a um nível mais científico de raciocínio (DE OLIVEIRA, CAPELLINI e RODRIGUES, 2020).

Como a socialização não é tão simples para esses alunos, os outros alunos podem se afastar deles, então, o educador deve propor sempre atividades integrativas e faça a mediação de possíveis conflitos. Essas atividades coletivas devem ser propostas de modo que as competências dos alunos com AH/SD sejam necessárias para o sucesso do time, assim, os demais colegas terão maior facilidade em integrá-lo. Mas o professor precisa estar atento, para esse não ser o único motivo para serem aceitos, é preciso buscar uma inclusão efetiva.

O trabalho pedagógico com alunos com AH/SD é empolgante e não necessita que o professor também seja uma pessoa com altas habilidades ou superdotada, como se pensava antigamente. É preciso apenas que o educador se dedique ao ensino desses alunos, que mantenha uma relação de afeto e compreensão, a fim de auxiliar esses alunos no processo de construção do conhecimento.

Para que esse trabalho seja eficaz e leve, o educador deve aplicar avaliações diagnósticas sempre antes de um novo conteúdo, para aferir o nível de conhecimento prévio do aluno e evitar ser repetitivo. Propor sempre atividades ricas em desafios e criatividade: teatro música, entrevistas, histórias em quadrinhos e tecnologias. Trabalhar mais com perguntas do que com respostas e propor atividades no nível do aluno, nem além, nem aquém.

Um ponto importante a ressaltar sobre as atividades em grupos é que os alunos com AH/SD não devem trabalhar sozinhos com alunos com grande dificuldade de aprendizagem, pois eles são impacientes e pode gerar certo desconforto durante a atividade. Coloque com grupos mais próximos cognitivamente, para que se sintam desafiados (SABATELLA, 2008).

Mas não se pode perder de vista a participação da família. A escola precisa envolver a família em tudo o que fizer, não só para ter suporte em casa, mas também para prover um ambiente que continue o trabalho da escola em casa. Essa proximidade amplia o contato e a valorização da família com a escola. Desta forma, o educador e a escola como um todo poderá fazer um excelente trabalho com os alunos com altas habilidades e superdotação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação especial é uma modalidade extremamente importante para que a escola seja promotora de educação para todos, contudo, se essa educação não for inclusiva, não alcançará seu objetivo de formar cidadãos críticos e reflexivos, aptos a agir e intervir nas decisões da comunidade em que vive. Para tanto, é preciso que abrigue as diversas especificidades e contribua para seu desenvolvimento.

Entretanto, a escola sozinha não poderá realizar essa tarefa. É preciso que a sociedade, as famílias e os governos se unam à escola e com ela atuem, visando à construção de uma escola inclusiva e uma sociedade que respeite a diversidade com equidade e justiça. E isso inclui alunos com deficiência e alunos sem deficiência.

Os educadores devem buscar conhecimento, mas as secretarias de educação têm o dever de promover cursos e qualificações para que as equipes docentes tenham condições de promover mudanças e/ou adaptações curriculares, a fim de atender melhor seus alunos. Sendo capazes de utilizar a sala de recursos multifuncionais e outros que a escola dispuser de forma pedagogicamente eficaz.

Os educadores que trabalham diretamente com alunos com AH/SD devem ter em mente que precisam respeitar o tempo de cada aluno e auxiliá-los em seu desenvolvimento intelectual, acadêmico, social e emocional. Portanto, atuar com eles exige certo nível de comprometimento, para elaborar estratégias diferenciadas e interessantes, de modo que atraia a atenção desses alunos.

Deste modo, o trabalho pedagógico com alunos com altas habilidades e superdotação é desafiador, mas muito promissor. Para tanto, basta que o educador fique atento aos seus alunos, por isso, as avaliações diagnósticas e as atividades que permitem a busca do conhecimento pelo próprio educando são úteis e revelam o nível de engajamento com a proposta docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. ed. Brasília (DF): Corde, 1997.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 30 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. **Censo escolar 2020**: divulgação dos resultados. INEP. Brasília (DF): Ministério da Educação, 29 de janeiro de 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2020/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Notícias**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32101-educacaoespecial#:~:text=Atualmente%2C%20apenas%2030%25%20das%20escolas,forma%C3%A7%C3%A3o%20espec%C3%ADfica%20em%20educa%C3%A7%C3%A3o%20especial>. Acesso em: 30 jul. 2022.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: do que estamos falando? **Revista Educação Especial**, 2011 (26): 19-30. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4395>. Acesso em 30 jul. 2022.

DE OLIVEIRA, Ana Paula; CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. Altas habilidades/superdotação: intervenção em habilidades sociais com estudantes, pais/responsáveis e professores. Relato de Pesquisa. **Rev. Bras. Educ. Espec.** 2020, 26 (1): 125-142. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/LX78WqRVjrHLNfPfmJ6fKCS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2022.

GALÃO, Lorena de Souza; ENES, Eliene Nery Santana. Um olhar sobre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. **Univale**, 2019, pp. 1-13. Disponível em: <https://www.univale.br/um-olhar-sobre-a-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

RIBEIRO, Claudiane Figueiredo. Sistematização de indicadores de altas habilidades: superdotação no ensino médio técnico e profissionalizante. Dissertação de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão. Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense, 2017. Disponível em: <http://ole.uff.br/wp-content/uploads/sites/186/2018/08/Disserta%C3%A7%C3%A3oClaudianeFigueiredoRibeiro-26.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2022.

SABATELLA, Maria Lúcia Prado. **Talento e superdotação ou solução?** 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2008.